

Defensivos agrícolas

O sucesso da Política Nacional de Resíduos Sólidos

Marco Olívio Morato de Oliveira*

OS NÚMEROS da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico de 2008 dão a dimensão do desafio da lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Os lixões ainda são o principal destino do lixo em 50,8% das cidades. Apenas 27,7% dos municípios brasileiros usam os locais mais adequados para a destinação do lixo – os aterros sanitários. O problema do local de destino do lixo ainda é agravado pelo crescimento populacional, pela oferta de bens de consumo descartáveis e pela pressão sobre infraestrutura dos resíduos industriais.

Princípios

Os componentes da base lógica da PNRS buscam mostrar e reconhecer os participantes e utilizadores de um determinado produto durante o seu ciclo de vida. A nova legislação tem como princípios modernos a prevenção e precaução, a visão sistêmica, a eficiência e a responsabilidade compartilhada, entre outros.

Instrumentos

Visam pensar e trabalhar o problema contínuo, pois o lixo o sempre existirá. Com o objetivo de minimizar o impacto do lixo na saúde humana e no meio ambiente, os instrumentos envolvem todos os atores, desde a produção primária até o consumidor final. Com diretrizes pautadas em "além de remediar também prevenir", eles buscam padrões sustentáveis de produção e consumo, contemplam ações de redução, reutilizam e reciclam os produtos e fazem logística reversa.

A lei diferencia o resíduo do rejeito – a parte do lixo ou resíduo sem aproveitamento – através de iniciativas de coleta seletiva e segregação dos resíduos e dos planos de resíduos sólidos, nacional

e estadual, com metas de recuperação e eliminação de lixões.

As ações desenvolvidas contemplam a inclusão social e a participação econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis. Para isso, utiliza o sistema de informações sobre resíduos sólidos, essencial para o correto processo de gerenciamento do lixo. As informações servem de base para alocação de recursos e a constante adequação dos planos de resíduos sólidos no horizonte de 20 anos, sendo monitorados e revisados a cada quatro anos.

Os planos são desenvolvidos pelas diferentes instâncias do setor público: municipal, estadual e federal. Em alguns casos, conta com a participação do setor privado, mais especificamente nos planos de gestão. Este instrumento está vinculado à periodicidade e ao volume de resíduo gerado pela atividade no caso do setor privado.

A legislação abre também a oportunidade para acordos setoriais firmados entre o poder público e o setor privado na responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto. Este pode ser o segredo para uma eficiente regulamentação e a participação ativa dos diferentes atores envolvidos. Desenvolvidos de forma sistêmica, os planos levam em conta a diversidade e a amplitude do problema e preveem a possibilidade de o setor privado ressarir o poder público no âmbito da logística reversa. Isso da o tom de responsabilidade compartilhada na gestão dos resíduos sólidos já presente em alguns países da Europa.

Ganhos sociais

A lei prevê o controle social na formulação, implementação e operacionalização dos planos de resíduos sólidos nas

instâncias estadual e federal. O conteúdo mínimo do plano municipal de gestão de resíduos sólidos contempla programas e ações, com a participação dos grupos interessados, em especial das cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais.

Além de reconhecer a importância das associações e cooperativas de catadores, o apoio a grupos organizados em associações e cooperativas é expressivo. Neste sentido, a lei faz 11 referências sobre a participação legal das cooperativas e associações de catadores.

Um bom exemplo a ser seguido, para a regulamentação da PNRS, é a Lei 7.802, de julho de 1989, regulamentada pelo Decreto 4.074, de janeiro de 2002, conhecida como a lei dos agrotóxicos, que normatiza o ciclo de vida dos defensivos agrícolas e suas embalagens. A porcentagem de embalagens de defensivos recicladas cresce a cada ano. Isso evita a contaminação por possíveis resíduos de defensivos e constitui fonte de renda para os envolvidos.

Como o sucesso da PNRS passa pelo uso adequado dos instrumentos e recursos, a regulamentação tem o desafio de ser sistêmica como a própria lei, de modo a garantir a participação e o envolvimento dos diversos atores. Um dos principais desafios constitui a capacitação e a conscientização dos envolvidos, principalmente o consumidor final. Tecnologias e alternativas que permitam transformar o resíduo em insumo têm de ter direito a lugar privilegiado, sendo objeto de recursos para pesquisas e financiamentos para sua implementação. ■

*Especialista em Mercados da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)